

# Portadores de Necessidades Especiais

## Legislação Federal

| Nº da Lei  | Ementa   |
|--|--|
| <b><u>Decreto Legislativo Nº 186, 2008</u></b>             | Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.  |
| <b><u>Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.</u></b>       | Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.  |
| <b><u>Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.</u></b>    | Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.   |
| <b><u>Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.</u></b>     | Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.  |
| <b><u>Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.</u></b>      | Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. |
| <b><u>Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.</u></b> | Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.   |

|   |  |
|---|--|
| <p><b><u>Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004</u></b></p>   | <p>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</p> |
| <p><b><u>Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.</u></b></p> | <p>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</p>   |
| <p><b>Legislação Estadual</b></p>                                 |  |
| <p><b><u>Lei 3.837, de 20 de maio de 2002</u></b></p>             | <p>Versa sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para os veículos dos portadores de deficiência física em órgãos públicos do estado do rio de janeiro.</p>   |
| <p><b><u>Lei nº 3.807, de 04 de abril de 2002.</u></b></p>        | <p>Dispõe sobre a concessão de horário especial aos servidores estaduais e empregados de empresas estatais, responsáveis por portadores de necessidades especiais que requeiram atenção permanente e dá outras providências.</p>   |
| <p><b><u>Lei nº 2.482, de 14 de dezembro de 1995.</u></b></p>     | <p>Altera a lei nº 2.298 de 28 de julho de 1994 e dá outras providências.</p>  |
| <p><b><u>Lei nº 2.298, de 28 de julho de 1994.</u></b></p>        | <p>Regulamenta o artigo 338, I, da constituição do estado do rio de janeiro e dá outras providências.</p>  |